

[View this email in your browser](#)

INFORMATIVO



Abril-maio de 2021

**Informe mostra impactos dos agrotóxicos
na América Latina e no Caribe**



Com participação de mais de 700 pessoas, a FIAN lançou, em 27 de abril, o informe *Agrotóxicos na América Latina: Violações Contra o Direito à Alimentação e à Nutrição Adequadas*.

A publicação de 108 páginas reúne dados e relatos sobre os impactos dessas substâncias no Brasil e em mais sete países latino-americanos e caribenhos: Colômbia, Paraguai, Equador, Honduras, Guatemala, México e Haiti.

O relatório mostra como os agrotóxicos impactam a saúde humana e o meio ambiente, e como isso impede a realização plena do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas (Dhana). Também identifica um padrão na estratégia das corporações na região.

O evento contou com a participação do relator especial para Substâncias Tóxicas e Perigosas da ONU, Marcos Orellana, e da geógrafa Larissa Bombardi. Saiba mais sobre a publicação, confira como foi o debate e acesse a publicação em português, espanhol ou inglês [no nosso site](#). O lançamento repercutiu no *Brasil de Fato* e na *TVE Bahia*, que recebeu um dos autores, o pesquisador Leonardo Melgarejo.

Transição em pauta

Em 5 de maio, a FIAN Internacional realizou o seminário “Alimentos envenenados, ecossistemas envenenados: como se trabalha para conseguir comunidades livres de agrotóxicos”, com os resultados de estudo sobre experiências de transição em diferentes países. O informe latino-americano também foi apresentado, em participação da secretária-geral da FIAN Brasil, Valéria Burity.

Evento chama atenção para violações de direitos no Vale das Cancelas



Em parceria com as comunidades do Vale das Cancelas e movimentos locais, a FIAN Brasil lançou em 28 de maio a publicação digital e impressa *O Modo de Vida Geraizeiro* e o documentário *Nossa Vida É nos Gerais*, de produção própria.

O evento virtual foi realizado como um momento de incidência em que as lideranças geraizeiras puderam relatar o que tem ocorrido no território e apresentar demandas ao poder público. O ato contou com a participação da defensora pública estadual Ana Cláudia Alexandre, do defensor público da União João Márcio Simões, do deputado federal Padre João (PT-MG) e da deputada estadual Leninha (PT-MG), além de membros da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento de Minas Gerais (Semad) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), bem como das

organizações parceiras (MAB, CPT, CAA e Coletivo Margarida Alves).

“Todo momento em que as comunidades podem ser ouvidas por autoridades públicas é muito importante, porque a realidade do território é de constante violação de direitos”, ressalta o assessor de Direitos Humanos da FIAN Brasil Paulo Asafe. “E atualmente o povo geraizeiro do norte de Minas vive uma situação muito complicada, em que vê o licenciamento do maior projeto de mineração da América Latina receber uma espécie de aval do Ministério Público de Minas Gerais, que assinou um termo de compromisso com a empresa Sul Americana de Metais sem dialogar com a comunidade.”

A FIAN Brasil apoiou a redação de um documento que foi entregue simbolicamente às autoridades presentes e será enviado a demais órgãos federais, estaduais e municipais. As reivindicações das comunidades geraizeiras incluem a impugnação do acordo firmado, além de políticas de proteção sanitária, de respeito ao território e de desenvolvimento da agricultura familiar na região.

Foto: Gui Gomes/Repórter Brasil

Assembleia elege diretoria para período 2021-2024

Nos dias 7 e 8 de maio, a FIAN Brasil realizou sua 10ª Assembleia Ordinária. A sessão definiu a nova composição do Conselho Diretor da entidade, com mandato até 2024.

Enéias da Rosa e Norma Alberto foram reeleitos, respectivamente, para a presidência e a vice, enquanto Sonia Costa assumiu a Diretoria Financeira; Miriam Balestro, a de Articulação; e Lucas Prates, a de Formação. Delzi Castro e Suemelberne Alves de Lucena seguem à frente do Conselho Fiscal, que agora tem Célia Varela Bezerra como suplente.

Foi feito um breve balanço do Planejamento Estratégico Participativo 2017-2020, prorrogado até o primeiro semestre deste ano. Grupos de trabalho conheceram e aprovaram as linhas de atuação do novo PEP trienal, e os ajustes propostos serão detalhados nos próximos meses.

Duas novas e um novo integrante foram anunciadas/os para a membresia: Inara do Nascimento Tavares, Edgard Amaral e Mariana Wiecko.

Tavares leciona no curso de Gestão em Saúde Coletiva Indígena no Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, da Universidade Federal de Roraima (UFRR), e integra a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Amaral pesquisa políticas de ações afirmativas e segurança alimentar. É coordenador nacional da Comissão de Soberania e Segurança Alimentar dos Agentes de Pastoral Negros do Brasil (APNs). Wiecko pesquisa soberania alimentar e mulheres indígenas no Brasil e na Argentina. Trabalhou na Coordenação Geral de Povos e Comunidades Tradicionais (CGPCT) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Conjuntura e homenagens

Na abertura, a secretária-geral da FIAN Internacional, Sofia Monsalve, falou sobre a conjuntura global, ao passo que o cenário brasileiro foi abordado por Maria Emília Pacheco, da Fase. Francisco Menezes, do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), fez uma exposição sobre trabalho, renda e o Dhana.

Além da Comissão Pastoral da Terra (CPT), foram homenageadas as seguintes pessoas: Írio Conti, Enéias da Rosa, Valéria Burity, Flavio Valente, Luciano e Cristina Wolf, Dieter e Nadir Metzner, Jônia Rodrigues de Lima, Célia Varela Bezerra, Jorge Peralta, Mariza Rios, Rolf Kunneman e Sônia Costa.

Pela construção do Dhana no Brasil, a homenagem institucional voltou-se ao FBSSAN e ao Consea Nacional. Também foram homenageados Flavio Valente, Deborah Duprat, Edelcio Vigna (in memoriam), Maria Emília Pacheco, Sônia Lucena, Elza Maria Braga, Valéria Burity, Miriam Balestro, Luciano Mariz Maia, Elisabetta Recine e Írio Conti.

A assembleia teve apresentação musical de Vanessa Soares e Leo Araújo.

Livro liga os pontos entre lutas sociais, sustentabilidade e o sistema de justiça



O que o direito a se alimentar e se nutrir adequadamente tem a ver com as retomadas indígenas, a educação quilombola, a agroecologia e a luta sem-terra? Como essas questões são tratadas na nossa Constituição e nos pactos internacionais dos quais o Brasil faz parte, como isso tem sido aplicado na prática e como poderia ou deveria ser diferente?

Esses são alguns dos pontos abordados no livro *O Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas: Enunciados Jurídicos*, iniciativa da FIAN Brasil com O Direito Achado na Rua.

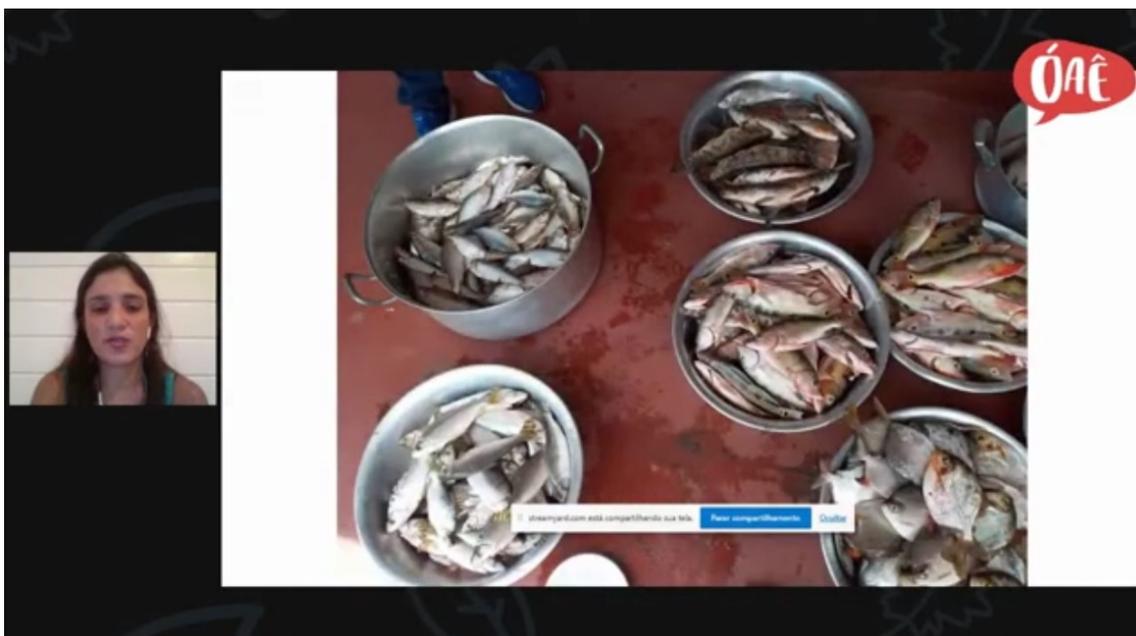
Com prefácio de Carlos Marés e artigo de Boaventura de Sousa Santos sobre o sistema judicial, a publicação de 196 páginas é uma obra coletiva voltada para a proteção e efetivação desse direito individual e social, conhecido pela sigla Dhana, indispensável à dignidade humana e à própria vida. A coletânea é organizada por Valéria Torres Amaral Burity, Antonio Escrivão Filho, Roberta Amanajás Monteiro e José Geraldo Sousa Junior.

“Temos um conjunto de normas que dispõe sobre o Dhana no Brasil, o que nos falta é que as pessoas que aplicam o direito se posicionem de maneira efetiva pela sua realização”, diz Burity. “Este trabalho traz a visão de movimentos e de pessoas que pesquisam e advogam neste campo sobre como o direito à alimentação pode ser garantido. É, portanto, um instrumento para potencializar lutas sociais.”

“Queremos que o livro chegue aos advogados/as, procuradores/as, defensores/as, juízes/as, juristas, professores/as e estudantes do nosso campo de conhecimento”, diz Escrivão Filho.

Saiba mais e confira como foi o lançamento, em 30 de abril.

**Seminário mostra experiências
de diversidade cultural
na alimentação escolar**



O webinário (seminário *online*) Cultura Afro-Brasileira, Indígena e de Povos e Comunidades Tradicionais na Alimentação Escolar apresentou as experiências do Projeto CulinAfro, com a professora da UFRJ Rute Costa; e da Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos no Amazonas (Catrapoa), com Mariana Semeghini, da Rede Maniva de Agroecologia (Rema), e Florinda Lima Orjuela, da Associação Indígena da Etnia Tuyuka Moradores de São Gabriel da Cachoeira/AM (Aietum/SGC).

O debate, em 13 de abril, ficou por conta de Anna Cláudia, da Rede de Mulheres Negras para Soberania Segurança Alimentar Nutricional (RedeSSAN) e do Coletivo Malês; e Célia Neves, da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (Confrem).

A atividade foi uma realização da FIAN Brasil – por meio do projeto Crescer e Aprender com Comida de Verdade – e do Observatório da Alimentação Escolar (ÓAÊ). Veja como foi: <https://youtu.be/cEgm3jaljXE>.

Mobilização pelo Pnae e entrevista

Nos últimos dois meses, a FIAN seguiu na mobilização em defesa do Pnae diante de projetos de lei (PLs) que buscam desvirtuar suas diretrizes. Um deles, o PL 3.292/2020, foi aprovado na Câmara dos Deputados e seguiu para o Senado, instância agora em que se concentra a resistência de dezenas de organizações.

Ainda é possível se juntar aos quase 30 mil brasileiros e brasileiras que assinaram a petição para barrar essa boiada e defender uma alimentação escolar adequada: <http://bit.ly/peticaoPnae>.

Em abril, entrevista da coordenadora do nosso projeto focado no Pnae, Vanessa Manfre, foi publicada no Boletim da ACT. Ela fala sobre a importância da alimentação adequada e, por outro lado, sobre os retrocessos causados pelo desmonte de políticas sociais e pela Emenda do Teto de Gastos, potencializados ainda mais pela pandemia. A edição do mês trata também sobre a decisão do STF que confirmou a legalidade da proibição de propaganda infantil em escolas, sobre a Agenda 2030 e mais.

Na mídia | Nexo | O direito humano à alimentação no mundo e no Brasil

Uma linha do tempo elaborada pela FIAN Brasil mostra a evolução do debate sobre o tema no Brasil e no mundo.

Na cronologia, publicada no Nexo Políticas Públicas, estão fatos e momentos-chave do início do século 20 até hoje, compilados pela assessora de Direitos Humanos Nayara Côrtes e por nossa secretária-geral, Valéria Burity.

A sequência mostra como a garantia de soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN) passa despercebida em discussões sobre prioridades de políticas públicas, apesar de tratar de um dos direitos mais fundamentais à dignidade humana e à própria vida, o Dhana.

O conteúdo foi produzido no âmbito da Cátedra Josué de Castro, espaço interdisciplinar de reflexão e produção de conhecimento sobre sistemas alimentares, do qual a FIAN participa. O Nexo Políticas Públicas é uma plataforma acadêmico-jornalística do portal Nexo.

Cúpula da ONU em xeque

No dia 14 de abril, a Cátedra Josué de Castro realizou o Colóquio “Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU: o que esperar? – um olhar da sociedade civil”, com a participação da secretária-geral da FIAN Internacional, Sofia Monsalve, e

moderação da professora titular da cátedra em 2021, Tereza Campello. [Assista aqui.](#)

FIAN pede ao STF para ser ouvida em ação contra fome



A FIAN Brasil pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para ingressar como *amicus curiae* na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 831, que visa obrigar o governo federal a investir em medidas de combate à fome no contexto da pandemia de Covid-19.

Com pedido de medida liminar, a [ADPF 831](#) busca o afastamento do limite de 20 anos imposto ao Orçamento pela Emenda Constitucional (EC) 95/2016, conhecida como Teto dos Gastos. A ação também pede um programa emergencial de atendimento à população vulnerável, com a inclusão automática de pessoas em situação de pobreza e de extrema pobreza no Bolsa Família e aumento do valor do benefício.

Outro pedido é que as esferas federal, estadual e municipal de governo garantam um *kit* alimentação aos e às estudantes sem aulas presenciais em

decorrência da pandemia. Apresentada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), a manifestação questiona, ainda, a redução do auxílio emergencial por meio da EC 109/2021.

ADPF é um tipo de ação que visa evitar ou reparar lesão a um preceito fundamental causada por um ato ou uma omissão do poder público. Esses preceitos são os direitos e garantias que representam a base da Constituição, bem como os fundamentos e principais objetivos da República. A expressão *amicus curiae* (“amigo da corte” ou “amigo do tribunal”, em latim) designa uma instituição ou pessoa que, por seus conhecimentos num assunto específico, é ouvida no intuito de embasar decisões justas em casos judiciais complexos e de repercussão social da controvérsia, ou seja, que tendem a extrapolar o processo e formar precedente para outros julgamentos.

[Leia mais.](#)

Foto: Valmir Fernandes/Coletivo Marmitas da Terra

Período inclui contribuições no CNDH e no debate público

A FIAN participou da construção de uma recomendação do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) pela recomposição do orçamento destinado à garantia da segurança alimentar e nutricional (SAN) e pela aprovação de projeto de lei que institui medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil.

Aprovada em sessão extraordinária do colegiado no dia 20 de maio, a Recomendação 15 dirige-se à Presidência da República, ao Ministério da Economia e ao Congresso Nacional. Além de programas como PAA, Pronaf, Pnae, Cisternas, trata de cestas de alimentos, equipamentos de segurança alimentar e nutricional (restaurantes populares, bancos de alimentos, cozinhas comunitárias) e do ajuste ao valor do Bolsa Família e do auxílio emergencial.

O CNDH partiu do entendimento de que, como os índices de insegurança alimentar são maiores nas áreas rurais, os programas que apoiam a agricultura familiar cumprem a dupla função de garantir renda, reduzindo a vulnerabilidade das populações rurais, e garantir a disponibilidade de alimentos diversificados,

além de equilibrar o preço desses itens para a população em geral.

[Leia mais e acesse a Recomendação 15.](#)

Audiências

Já a atuação no debate de temas ligados a SSAN incluiu duas audiências públicas da Câmara dos Deputados em maio.

No dia 12, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias recebeu convidadas e convidados para debater a importância de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e iniciar diálogos sobre a Cúpula de Sistemas Alimentares da Organização das Nações Unidas (ONU). “A agricultura familiar tem uma importância para um projeto de sociedade, para garantir alimentação, para garantir saúde. Não só a saúde das pessoas, mas a saúde do planeta”, declarou a secretária-geral Valéria Burity.

A alimentação em tempos de Covid-19 foi o tema da sessão do dia 21, no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família. Representando nossa entidade, a assessora de Direitos Humanos Nayara Côrtes falou das dimensões do Dhana e de como ele foi afetado pela pandemia, adiantando informações de publicação que lançaremos em junho. Mencionou a ADPF 831, destacando a importância de uma renda mínima compatível com a realização de direitos humanos e de uma política de SSAN capaz de enfrentar o avanço da fome.

Na mídia | CNN Brasil | Fantasma da fome volta a assombrar o Brasil em meio à pandemia

Episódio do *podcast* Entre Vozes, da CNN Brasil, examinou a escalada da insegurança alimentar na pandemia e o percurso desse problema na história do Brasil.

Participaram do programa, em 11 de maio, a secretária-geral da FIAN Brasil, Valéria Burity; a economista Tereza Campello, ex-ministra de Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e Vera Eunice de Jesus Lima, filha da escritora Carolina Maria de Jesus, autora do livro Quarto de Despejo. A apresentação é de

Luciana Barreto.

Justiça fiscal

Burity também participou de episódio do *podcast* *É da Sua Conta*. Apresentado pela economista Grazielle David, o programa da Tax Justice Network ouviu diversas convidadas e convidados sobre os caminhos para combater a insegurança alimentar e nutricional que se alastra pelo Brasil e pelo mundo.

A rede enfatiza a necessidade de se combaterem os abusos fiscais cometidos por multinacionais com a conivência de governos. O novo Índice de Paraíso Fiscal Corporativo publicado pela entidade mostra diversos países da OCDE na liderança (negativa) desse *ranking*.

Acesse essa lista, o episódio 24 e mais informações: <http://bit.ly/FomeÉdaSuaConta>.

Sessões do SIG Dhana abordam trabalho e renda

A secretária-geral da FIAN Brasil, Valéria Burity, participou de duas sessões por webconferência do SIG Dhana – Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas. O tema foi “Trabalho e renda na promoção da soberania alimentar”.

Em 8 de abril, também compuseram a reunião do grupo a diretora executiva da Oxfam Brasil, Katia Maia, e o representante do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) Francisco Menezes.

Em 19 de maio, o debate foi novamente com Menezes.



